

Centrão sai do plenário e impede votação sobre subsolo



O Centrão se retira do plenário e encerra a sessão de ontem do Congresso constituinte, impedindo a aprovação ou rejeição de emendas sobre subsolo

Da Sucursal de Brasília

O Centrão se retirou do plenário na sessão de ontem do Congresso constituinte e impediu que fosse iniciada a votação do Capítulo II do Título III, em virtude da falta de acordo sobre a propriedade do subsolo. Segundo um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o grupo aguarda uma orientação do Conselho de Segurança Nacional sobre a questão. Desta definição dependerá a legislação sobre a exploração dos recursos naturais.

A liderança do PMDB e os partidos de esquerda defendem o texto proposto pela Comissão de Sistematização, que inclui o subsolo entre os bens da União. O Centrão excluiu este item, por acreditar que o subsolo pertence a todos, segundo o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS). Ele disse que o grupo quer um texto "mais aberto", que exija autorização da União apenas quando o subsolo for explorado economicamente. Da forma como está no texto da Sistematização, disse, uma pessoa precisará de autorização da União até para fincar uma estaca no chão.

Quórum

A sessão de ontem foi iniciada às 14h, mas em seguida foi suspensa por falta de quórum. Quando foi reaberta, às 15h, foi feita a verificação de quórum, através do painel eletrônico, que indicou a presença de 302 parlamentares (de um total de 559) no plenário. Diversos parlamentares do Centrão, embora estivessem desde o início no plenário, só digitaram seus códigos depois que o quórum mínimo, de 280 votos, foi alcançado. A seguir foi colocado em votação o substitutivo do Centrão para o Capítulo II.

O líder do PMDB no Congresso constituinte, Mário Covas (SP),

anunciou que votaria contra o texto do Centrão, já que o número de presentes era pequeno e ficaria difícil, depois, modificar o texto (a votação de cada capítulo é iniciada com o texto do Centrão, que precisa ser aprovado para depois ser alterado. Se não for aprovado, a sessão tem que ser suspensa por no mínimo 24 horas, para que se chegue a um acordo). Como o Centrão não tinha número para aprovar seu próprio texto, decidiu não votar e a sessão foi encerrada às 16h por falta de quórum. O texto do Centrão obteve 16 votos a favor, 221 contra e 13 abstenções.

Diversos parlamentares protestaram contra os ausentes, cobrando da Mesa a substituição deles por seus suplentes, após três faltas consecutivas. Paulo Delgado (PT-MG) insistiu em sua tese de que deve ser aplicado o artigo 35 da atual Constituição, que determina a perda do mandato dos deputados e senadores que faltarem a um terço das sessões de um ano legislativo. Ele disse que apresentará hoje uma relação com "mais de 20 nomes" de parlamentares que estão nesta situação.

'Repouso'

Gerson Peres (PDS-PA) pediu ao presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, que desmarcasse as sessões convocadas para hoje e amanhã, porque os fins-de-semana deveriam ser dedicados ao "repouso" dos parlamentares. Diante da negativa de Ulysses, ele argumentou que "até Deus" recomendara que não se trabalhasse no sétimo dia. Ulysses disse então que Peres estava chamando Deus de preguiçoso, o que não era verdade. Todos riram e Peres não teve como prosseguir.

Ulysses disse que convocaria todos os parlamentares pelo telefone e pela televisão, aproveitando o horário destinado ao "Diário da Constituinte". Ele disse que os parlamentares precisavam entender que "a Constituinte não é o Conselho da Ordem dos Advogados, onde se pode votar por correspondência".

O que é o Conselho de Segurança Nacional

Da Sucursal de Brasília

O Conselho de Segurança Nacional (CSN), conforme o artigo 87 da Constituição em vigor, é o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional.

Ele é presidido pelo presidente da República e dele participam, na condição de membros natos, o vice-

presidente da República e todos os ministros de Estado. Atualmente, o secretário-geral do CSN é o general Rubem Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar.

Ao CSN compete: estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional; estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos ligados à segurança nacional e aos municípios conside-

rados do seu interesse; dar, em relação às questões indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para: a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação; b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional.

O deputado Roberto Cardoso Alves, que pediu orientação do CSN sobre a definição da propriedade e uso do subsolo, disse que já falou com o ministro Bayma Denys e com o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, mas as conversas não foram conclusivas. Ele disse que "precisamos ouvir a opinião deles para formular a nossa".

Subsolo é bem da União, diz físico

Da Redação

Segundo o físico Rogério César de Cerqueira Leite, membro do Conselho Editorial da Folha, o subsolo "deve ser propriedade do país, embora possa se admitir concessões para sua utilização". Para ele, se o Estado não pode atuar em prol da sociedade "não se trata mais de uma nação".

"Qualquer país desenvolvido protege suas riquezas", afirma Cer-

queira Leite e as concessões de utilização devem se fazer "em troca de alguma vantagem".

Para o físico, não se deve negar "a priori" a possibilidade de conceder a utilização do subsolo para exploração econômica com investimentos provenientes de capitais estrangeiros, mas "o país não deve abdicar da distinção do capital nacional e estrangeiro", antecipando a discussão que se fará no artigo.

Jovens tendem ao socialismo, diz Gil

Da Sucursal de Salvador

O cantor e compositor Gilberto Gil, candidato a candidato à Prefeitura de Salvador (BA), disse ontem que a aprovação do voto facultativo aos maiores de 16 anos pelo Congresso constituinte representa um avanço político, que tende ao socialismo.

"Os homens mais jovens necessariamente são ligados a um sentimento mais fresco, mais denso e mais intenso de solidariedade humana, o que leva a uma visão socializante do mundo. E a tendência do mundo moderno é se socializar, tanto nos regimes de economia privada como nos de economia de Estado".

Para o cantor, a nova medida contribuirá com a sua candidatura, porque sua postura e trajetória sempre estiveram ligadas à "faixa adolescente, a mais entusiasta desse modo idealista de pensar a sociedade" e que "é muito útil a incorporação de segmentos maiores da juventude ao universo eleitoral".

Segundo Gil, 45, que preside a Fundação Gregório de Mattos (órgão correspondente à Secretaria Municipal de Cultura), outros candidatos "mais ligados ao sentimento de renovação e abertura" também serão beneficiados.



O cantor Gilberto Gil, que é candidato a candidato à Prefeitura de Salvador

"E a legitimação correta de uma vivência cívica plena. A integração do jovem ao conjunto dos processos social, político, existencial e trabalhista tem sido cada vez maior e cada vez mais cedo atualmente. A

plenitude do questionamento da vida também chega mais cedo", disse Gil às 15h30 de ontem, em Salvador. Para ele, "é justo que essa vivência seja coroada com a capacidade de votar e de decidir os rumos políticos do país".